

# A ENTREVISTA DO TRIBUNO

Rio, 28. - *Paulo Katigoro*

RAUL PILLA

Senão uma dissidência, pelo menos uma divergência (por esta forma preferiu caracterizá-la o sr. João Neves) denuncia a entrevista concedida à imprensa pelo antigo líder da campanha liberal.

Divergem êle e seus amigos, não da pessoa do candidato do PSD, cujas virtudes reconhecem, mas do modo por que foi escolhido. A interferência do Catete atribuem êles o abandono da candidatura Nereu Ramos pela do político mineiro. Invocam agora o mesmo princípio que, em 1929, os levou à luta contra o sr. Washington Luiz.

Não desejamos imiscuir-nos, por ora, nesta questão, que é da economia interna do PSD. Desejamos sim, comentar o fato de que 20 anos de distância se tenha tornado necessário para reinvidicar um princípio que uma Revolução consagrava pela vitória. Contra a indébita intervenção do sr. Washington Luiz, na sucessão presidencial, se levantou a Nação em 29 e 30. Contra a intervenção do General Eurico Dutra na sua própria sucessão, protesta agora o sr. João Neves, que foi o clarim vibrante da campanha vitoriosa.

Como se explica esta reincidência do mal, se êle foi ou devia ter sido debelado em 1930? E' que nem sempre a vitória de uma revolução traz, consigo, a vitória de seus ideais. E isto foi particularmente verdadeiro na Revolução Liberal, a qual, no mesmo dia da vitória, começou a proceder de modo diametralmente oposto aos seus mais solenes compromissos. O que se combatia na pertinácia com que o sr. Washington Luiz pretendia impor seu candidato, era a hipertrofia do Poder Executivo, era o «braco forte» do Presidente da República. Ainda quando bastante claro não fosse o movimento e suas origens, o Manifesto da Aliança Liberal nenhuma dúvida deixaria a tal respeito. Lá está claramente diagnosticado o mal de que padecia a Democracia brasileira — hipertrofia do Poder Executivo. Muito mais do que contra um homem, era a luta contra o regime que esse homem fielmente encarnava.

Não tivesse o Presidente da República os tremendos poderes de que então dispunha, e que depois não cessaram de aumentar pela crescente intervenção do Estado na vida econômica da Nação, e nenhuma significação teria interessar-se ele, pessoalmente, pelo seu sucessor: questão que não chegaria sequer a formular-se, pois não passaria então o presidente de um cidadão eminente como tantos outros. A vitória da campanha liberal, que se manifestasse pelo voto, quer se produzisse pelas armas, traria consigo uma consequência moral inevitável: a imediata substituição do Presidencialismo hipertrofico, senão pelo sistema parlamentar clássico, onde os dois poderes essencialmente políticos se equilibram, ao menos por um sistema que dele grandemente se aproximasse.

Tal porém não aconteceu. Os vencedores do presidencialismo «washingtoniano», substituíram-no pela Ditadura pura e simples que desejavam, senão definitiva, pelo menos decenal. A revolução constitucionalista, embora vencida pelas armas, barlhou os desígnios e viu-se o sr. Getúlio Vargas obrigado a convocar uma Assembléa Constituinte. Seria êste o momento para mudar inteiramente de rumo, se tivessê havido sinceridade e ainda houvesse coerência nos revolucionários de 1930. Mas, o que mais importava aos que não tinham ido para o ostracismo, era o poder. Por isso, conservaram o sistema Presidencial que provocára e justificára a Revolução, contentando-se com introduzir-lhe algumas modificações inoperantes. A Constituição de 1934 foi apenas um compasso de espera e de evolução para a Ditadura. O Estado Novo, expressão máxima, em nosso país, do governo pessoal e despótico, surgiu

como consequência da falência total da Revolução de 3 de Outubro de 1930.

Deposta a Ditadura em 29 de Outubro de 1945 e convocada a nova Assembléa Constituinte, renovou-se o mesmo equívoco. Por ocasião da Constituinte de 34, havia um grande interessado na conservação do poder pessoal — o sr. Getúlio Vargas. Por ocasião da Constituinte de 1946, outro grande interessado havia — o sr. Eurico Dutra. Isso sem falar de seus sucessores potenciais, que idéntico interesse tinham. Conservou-se pois, embora aqui e ali inócua e amenizado, o mesmo sistema Presidencial que a Revolução de 30 devera ter varrido, se houvesse sido Revolução e não simples assalto ao Poder.

O resultado aí está. E' o Governo do General Dutra, a certos respeito, melhor que a Ditadura extinta, pois há Parlamento e Imprensa, e a certos respeito é pior, pois aperfeioou a escola da compressão e corrupção, em que seus principais figurantes se formaram. E aí está de novo o sr. João Neves a fazer soar seu clarim, contra a indébita intervenção do Presidente da República na escolha de seu próprio sucessor. Como companheiros de luta que fomos do grande tribuno em 29, 30 e 32, achamo-nos no direito de dizer-lhe que seu esforço é o de patinhar no barro: quando menos, inútil. Inútil porque a causa do mal não está em pretender determinado Presidente influir e decidir na escolha de seu sucessor. Ela está é no sistema de governo que ao Presidente da República confere um poder incontestável, e por isto o leva, necessariamente, a intervir. Inútil ainda é o esforço porque, depois da falência do Movimento de 29 e 30, pouco provável é que o mesmo motivo consiga empolgar o ânimo popular. Ante-ontem, contra o sr. Washington Luiz, que pretendia impôr o sr. Júlio Prestes; ontem, contra o sr. Getúlio Vargas, que se impôs com sucesso de si mesmo; hoje, contra o sr. Eurico Dutra, porque vem intervindo decisivamente na designação do futuro Presidente: Quando acabará este jogo? — Há-de perguntar-se o cidadão que reflete e nenhum proveito auferirá difetamente da Política.

Campanha restrita como se acha, a combater a interferência do General Dutra, não tem como entusiasmar o povo, ou inteiramente descontente, ou reduzido a uma grosseira mística personalista. Senão, veja o sr. João Neves os políticos que maiores responsabilidades teriam nessa questão. Como raciocinam muitos deles? Esposam e defendem, sem hesitações, a tese que lhes deveria parecer justa, pois a sustentaram outróra? Não; o que êles estudam é a possibilidade que tenha de vencer tal ou tal candidato, pois o que importa nesse regime é vencer ou, pelo menos, estar com o vencedor. Isto explica as hesitações e possíveis contradições de algumas organizações partidárias: subordinam-se elas à mecânica do sistema.

Muito acanhado nos parece pois o campo de manobras do tribuno da Campanha Liberal, para que nele se possa aliciar um grande exército. Hoje, decorridos 20 anos, uma só campanha se justificaria e teria o condão de levantar a opinião pública: a que visasse substituir, já e já, o governo pessoal e irresponsável, pelo governo coletivo e responsável. Levante esta bandeira no país, como outros a levantaram no Congresso, que terá tarefa realmente digna de seu talento. Combater hoje, e sempre, pelos mesmos motivos o sr. Eurico Dutra, como ontem se combateu o sr. Washington Luiz, e provavelmente amanhã se terá de combater o Presidente que se vai agora eleger, é coisa que não pode servir a ninguém. Como desporto, seria demasiado caro e perigoso. Como campanha política, é ocasional e sem verdadeiro conteúdo.

*Batada do Rio Jan*